



ANAIS

**IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PRÁTICAS RELIGIOSAS
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

VII SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO LERR/UEL

**IV SIMPÓSIO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES (ABHR)**

VIII COLÓQUIO NACIONAL CULTURA E PODER (UNESPAR)

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2021

IMIGRAÇÕES E RELIGIOSIDADE: O *TOORO NAGASHI* DE CARLÓPOLIS - PR.

Fabiana Aparecida de Souza (UENP-PG) ¹

234

Resumo: Este texto busca analisar a cerimônia religiosa de origem japonesa chamada *Tooro Nagashi* que acontece em Carlópolis - PR desde 1982 sendo realizada e mantida pela comunidade *nikkey* local. A denominação da cerimônia religiosa significa levar-se pelo vento e corresponde na homenagem aos finados através de lanternas (*tooros*) que são soltas às margens da represa de Xavantes, com o intuito de iluminar o caminho para os falecidos. Para a construção do texto e compreensão do objeto será exposta as três fases migratórias dos japoneses ao Brasil, como também a imigração japonesa para o Estado do Paraná e, por conseguinte, para o município em questão. Para a composição deste trabalho utilizamos material bibliográfico, entrevistas e estudo de caso. Espera-se que o presente trabalho proporcione a criação de novos trabalhos e na abertura de novas pesquisas ligadas ao campo de estudo das Ciências da Religião, História Local, Turismo Cultural, dentre outras áreas.

Palavras-Chaves: Imigração japonesa. Japoneses. *Tooro Nagashi*. Carlópolis.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objeto de análise o *Tooro Nagashi* que ocorre em Carlópolis - PR, e consiste na cerimônia religiosa de origem japonesa em homenagem aos entes queridos falecidos. O município é a única cidade do Paraná que o realiza e uma das poucas do Brasil. Promovido desde 1982 pela comunidade japonesa, pode ser compreendido da seguinte forma, *Tooro* significa lanterna e *nagashi* levar-se pelo vento, procura ser realizado perto do dia de finados, tendo início com uma cerimônia religiosa conduzida por um monge budista, após a cerimônia realizam-se à soltura dos *tooros* as margens da represa de Xavantes, com o intuito de iluminar o caminho para os falecidos.

Busca-se compreender, o *Tooro Nagashi* e a causa para de se acontecer em Carlópolis. Para esse fim utilizaremos de material bibliográfico, entrevistas e estudo de caso, tendo por base metodológica para as entrevistas os estudos de Matos e Senna (2011) e Santos

¹ Pós-graduada em Ciências da Religião e Ensino Religioso pela UENP. Licenciada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). fabianasouza35@gmail.com.

(2018). Sendo fundamental para a análise expor as três fases da imigração japonesa no Brasil, como também a imigração que ocorre no estado do Paraná, e, por conseguinte, ao município de Carlópolis. Pretende-se também que o presente artigo possibilite abrir novos caminhos para futuras pesquisas ligadas ao tema no campo das Ciências da Religião, da História Local, do Turismo Cultural, entre outros.

OS JAPONESES NO BRASIL

235

Os contextos históricos de Brasil e Japão da última década do século XIX impulsionaram a relação entre os dois países. O país japonês estava atravessando uma grave crise de abastecimento, de superpopulação no campo como também, enfrentava diversas reformas educacionais, econômicas e sanitárias. Já no Brasil existia uma forte demanda por mão-de-obra agrícola para as novas áreas cafeicultoras que se expandiram, ao passo que havia baixo fluxo de imigrantes europeus ao país. Em 1895 foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre representantes diplomáticos dos dois países, que teve como propósito a vinda de trabalhadores para as regiões agrícolas no Brasil, contudo alguns representantes do governo brasileiro não eram favoráveis a entrada de japoneses, devido à questão racial debatida na época e também os empresários japoneses sentiam-se receosos em investir alto em terras não tão favoráveis. Todavia, o contexto mundial e as situações internas dos dois países facilitaram a chegada de um consenso. (KODAMA; SAKURAI, 2008)

Em 1908, desembarca no Porto de Santos o navio Kasato Maru, trazendo 781 japoneses com o objetivo de trabalhar nas lavouras de café do Estado de São Paulo. No Brasil migraram famílias inteiras de adultos, idosos e crianças de ambos os sexos. Nessa primeira leva de imigrantes vieram 165 famílias. De acordo com Kodama e Sakurai (2008) a imigração japonesa no Brasil, pode ser caracterizada em três etapas. A primeira se configura de 1908 a 1924, neste período de imigração os japoneses eram direcionados precisamente para São Paulo; chegavam através de contratos entre as companhias de imigração japonesas e os cafeicultores paulistas, que arcaram com as despesas do custo de estabelecimento das famílias nas fazendas, nesses contratos designavam que cada família tivesse no mínimo três trabalhadores em regime de trabalho assinado por pelo menos dois anos.

Os primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil almejavam enriquecimento trabalhando nas lavouras de café, melhorando sua condição de vida para quando retornarem ao Japão. No entanto, ao chegarem aos cafezais perceberam que havia obstáculos para esse desejo.

As condições de trabalho não davam o retorno esperado aos japoneses e esse fato resultava em novos deslocamentos. Em pouco tempo a situação negativa em que se encontravam modificou-se; os imigrantes japoneses foram se tornando pequenos proprietários de terras, essa alteração é resultado da expansão das regiões produtoras, e da participação ativa das companhias de imigração japonesa, como a *Kaige Kogyo Kabushi Kaisha* (Companhia Ultramarina de Desenvolvimento S. A.), fundada em 1917, cujo objetivo era estabelecer os colonos japoneses em terras compradas pela companhia em acordo de compra ou concessões com o governo do Estado.

Com esse regime de trabalho contratual os imigrantes foram beneficiados ao se tornarem pequenos proprietários, ao passo que a produção agrícola se diversificava por meio desses fatores; iniciavam-se as formações de colônias para a produção de café, algodão, arroz, milho, chá, bicho-da-seda, e de hortaliças nas regiões periféricas de São Paulo, voltadas para o abastecimento da cidade. A partir da década de 1920 os números relativos à imigração se alteram. Em 1925 o governo japonês em acordos com o governo brasileiro subsidia a vinda de imigrantes japoneses, notando-se um aumento significativo de imigrantes. Entre 1908 e 1924 chegaram 32.366 japoneses ao Brasil; entre os anos de 1924 e 1935 o número de imigrantes cresceu para 141.732.

A segunda fase da imigração japonesa no Brasil ocorreu entre os anos de 1924 a 1941. O aumento no número de imigrantes foi resultado das relações econômicas estabelecidas entre Brasil e Japão, referente aos produtos de exportação como o algodão, que teve crescimento no período entreguerras. Contudo o Japão direcionou a imigração para o Brasil, devido ao fato de Peru e Estados Unidos deixarem de receber imigrantes. Houve mudanças no modelo de imigração realizado pelo Japão, como a ação da *Brazil Takushoku Kumiai* (BRATAC) fundada em 1928. É neste momento em que o país passa a acompanhar a imigração de forma direta – devido à atuação da BRATAC – que se configura como uma federação de sociedades de imigração nas províncias japonesas. Grandes extensões de terras foram adquiridas pelos japoneses em São Paulo e Paraná.

É importante ressaltar que nessa segunda fase da imigração japonesa que se tem início a ocupação de imigrantes em regiões do Brasil, como o Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas. Ao passo que os japoneses vinham em grande quantidade para o Brasil e adquiriam terras e se estabeleciam em novos locais, as discussões raciais se intensificaram, no período entre os anos de 1930 até a Segunda Guerra Mundial.

As condições dos imigrantes se tornaram mais críticas, pois em 1939 foram fechadas todas as associações culturais, escolas e jornais em língua estrangeira no Brasil, o governo também proibiu a entrada de livros em língua japonesa devido à guerra, e de porte de carteiras de motorista e a suspensão da liberdade de locomoção. Devido a esse contexto, a imigração japonesa foi interrompida no Brasil e só recomeçou em 1952, uma vez que, neste ano, as relações diplomáticas entre Brasil e Japão foram retomadas e, vale ressaltar, que o governo brasileiro estava comprometido com a ONU em acolher refugiados de guerra e em recrutar mão-de-obra qualificada entre os países afetados pela guerra, por meio disso foi aceito as novas entradas de imigrantes japoneses ao país.

Nessa terceira fase migratória compreendida entre os anos de 1952 a 1980, entraram 46.401 imigrantes no Brasil. Para o governo japonês a emigração era uma alternativa viável para conter a crise, o Ministério das Relações Exteriores, selecionava emigrantes, de preferência jovens solteiros e com cursos especializados em técnicas agrícolas e industriais, para trabalhar em países da América do Sul. Na década de 1950, o Brasil buscava se desenvolver industrialmente, por meio disso, a Cooperativa Agrícola de Cotia juntamente com o Governo Federal, permitiu a entrada de imigrantes ao país, de modo que a agricultura e os produtos cultivos estavam passando por uma fase de transformação, assim sendo a vinda desses imigrantes especializados beneficiaria a produção agrícola com seus conhecimentos neste ramo. Com o avanço também no campo industrial, e mediante as relações entre Brasil e Japão, filiais de empresas japonesas foram estabelecidas em São Paulo e no ABC paulista, empregando japoneses.

Percebe-se nesse período, que nas novas gerações [filhos e netos] de imigrantes estabelecidos no Brasil antes da guerra, que a língua japonesa ia sendo substituída nas famílias pelo idioma português. O que complementava esse fato foi à entrada de descendentes de imigrantes em diversos setores de trabalho como também o casamento com os brasileiros. A partir da década de 1980 surgiu o movimento *dekassegui*, no qual os imigrantes e descendentes japoneses estabelecidos no Brasil, partem para trabalhar no Japão, com o objetivo de enriquecimento.

As três fases da imigração japonesa ao Brasil fazem compreender que, a vinda de imigrantes ao país primeiramente para trabalhar nas lavouras de café paulista com o objetivo de enriquecimento e de retorno ao país de origem, mas devido às condições de trabalho acontecem novos deslocamentos para outras regiões, apesar disso já na segunda fase os imigrantes foram se tornando pequenos proprietários de terras, estimulados pelo governo

japoneses ao mesmo passo que a produção agrícola brasileira se desenvolvia, expandindo novos locais para se cultivar novos produtos. Esse fato contribui para que os japoneses se deslocassem para outras regiões, como o Paraná, que teve um expressivo número de imigrantes e descendentes estabelecidos nesse Estado.

IMIGRAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ

No período correspondente à segunda fase da imigração japonesa, de 1924 a 1941, o governo japonês promove a vinda de imigrantes ao Brasil, assumindo as despesas das viagens, isso aconteceu devido às relações econômicas estabelecidas entre ambos os países. Sendo fundadas a partir de 1925 as primeiras entidades responsáveis para tratar da questão da imigração, sendo essas, no Japão a Federação das Associações Ultramarinas e, a Sociedade Colonizadora Brasil, conhecida como BRATAC. (OGUIDO, 1988)

Segundo Homero Oguido (1988) em 1909 ocorreu um fato isolado em Curitiba dois imigrantes vindos do Estado de São Paulo, a pé, chegaram à cidade, onde ficaram residindo e trabalhando de empregados domésticos. Em 1912, a cidade de Ribeirão Claro abrigou os japoneses e a partir desse local avançaram pelo território do Paraná. E no ano de 1930, Londrina recebeu seus primeiros imigrantes nipônicos, sendo essa cidade o ponto central da evolução japonesa no Norte do Estado. As maiores concentrações da comunidade *nikkey* estão em Londrina, Curitiba, Maringá, Assaí e Uraí.

Nas décadas de 1920-30 a corrente imigratória de japoneses se intensificou para o norte do Paraná, motivada pelas criações das companhias colonizadoras, como a BRATAC (Companhia Colonizadora do Brasil), por meio da sua atuação os imigrantes conseguiram obter terras em São Paulo e no Paraná, tendo destaque no norte do estado também, a *Nambei Tochi Kabushiki Kaisha* (Companhia América do Sul) e a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). (ASARI; TSUKAMOTO, 2008)

As companhias colonizadoras têm papel de destaque na imigração para o Estado do Paraná. A BRATAC em 1929 adquiriu quatro grandes porções de terras, três destas localizadas em São Paulo e uma no Paraná, sendo divididas em lotes de 25 hectares para serem vendidos aos imigrantes. O imigrante que chegava ao Brasil através das companhias colonizadoras tinha a passagem paga pelo governo japonês e podiam adquirir uma porção de terra pagando inicialmente no Japão, o resto da dívida era pago a prestações conforme fosse havendo progresso econômico. (TAKEUCHI, 2007).

A Companhia de Terra Norte do Paraná (CTNP) adquiriu no ano 1925 cerca de 500 mil alqueires de terras, nessa região foi fundada a cidade de Londrina. Essa companhia foi responsável pelo parcelamento e colonização de uma grande área fértil no norte do Paraná, através de pessoas como o Sr. Hikoma Udihara, que vendia as terras para os imigrantes japoneses, entre seus 25 anos de atuação na CTNP (1930 a 1955) colaborou para o estabelecimento de japoneses no Estado que se dedicaram ao desenvolvimento da agricultura na região. (ASARI; TSUKAMOTO, 2008)

Não esquecendo que atuação dos japoneses no norte do Paraná foi significativa em vários setores de atividade, é importante ressaltar que, historicamente, a maior contribuição está na agricultura, uma vez que o processo de territorialização desses imigrantes se deu por meio dos loteamentos destinados à produção agrícola. Esta atividade não só possibilitou a entrada de 250 mil imigrantes japoneses no País, visto a necessidade de mão-de-obra na cafeicultura, como também contou com a inegável contribuição dos seus descendentes. (ASARI, TSUKAMOTO, 2008, p. 96 - 97)

De acordo com Beltrão et al. (2008), através da análise dos censos demográficos de 1960 a 2000, percebe-se os notáveis números da população *nikkey* (japoneses residentes em outros países e descendentes) no Paraná. No censo de 1960, somente os estados de São Paulo e Paraná exibiam presença expressiva de *nikkeys*; 81.205 japoneses e descendentes se concentravam no estado paranaense. Em 1980, aumenta a presença *nikkey* no Paraná o número cresce para 104.921, como também cresce em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Maranhão e Pará. O número de concentrações no Paraná sobe em 1991 para 113.548 *nikkeys*; e no ano de 2000 esta população se expressa em 143.588. Em relação à distribuição da população nascida no Japão, tendo a maior concentração localizada no Estado de São Paulo, e o Paraná como segundo local com maior concentração de indivíduos nascidos no Japão.

Nos núcleos onde os imigrantes japoneses se fixaram aconteciam exposições artísticas e práticas religiosas, estes encontros festivos deram origem às associações culturais, sendo chamadas de Associações Japonesas ou *Nihon-jin-kai*. Conforme os imigrantes foram e se estabelecendo nas terras paranaense foram também fundando as associações. (ASARI; TSUKAMOTO, 2008)

MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS E OS IMIGRANTES JAPONESES

A imigração dos japoneses no Paraná se concretiza principalmente pelo papel exercido das companhias colonizadoras na propagação da potencialidade do solo fértil paranaense, isso gera um aumento de porções de terras compradas pelos imigrantes. De colonos do café os *nikkeys* passaram a pequenos proprietários de terras, produzindo diversos produtos, como o café, o rami, o algodão, e a criação do bicho-da-seda, destacando-se e contribuindo para o cultivo de grãos, fruticultura e olericultura. Antes da exposição da vinda dos japoneses a Carlópolis, será apresentado um breve histórico do município.

De acordo com a *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (1959) produzida pelo IBGE, à formação de Carlópolis e de outras localidades são resultantes da vinda de paulistas das cidades de São Vicente e Cananéia para o Estado do Paraná a procura de ouro e pedras preciosas que disseminaram o povoamento às margens do Rio Itararé e do Rio Paranapanema e em outros cursos de água. Até o ano de 1901, Carlópolis era uma freguesia do antigo município de São José da Boa Vista, quando em 17 de agosto pelo Decreto Estadual nº 290 foi elevado à categoria de Distrito Policial, denominando-se Jaboticabal.

No ano de 1907, o distrito de Jaboticabal apresenta aspecto notável de progresso e desenvolvimento, no comércio e na indústria, no mesmo ano em 2 de abril conforme a Lei estadual nº 713, foi criado o município de Jaboticabal. Através da Câmara Municipal, o município passa a denominar-se de Carlópolis em homenagem ao então presidente do Estado do Paraná, o tenente-coronel Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Em 1920, pela Lei estadual nº 1943, o governo do Paraná por decisão da Assembléia Legislativa mantém a denominação Carlópolis ao município.

Os primeiros japoneses chegaram à Carlópolis em 1934. Os irmãos Hasse e as famílias de Yoshiyuki Nakamura e Hisamatsu Imoto para se dedicarem ao cultivo de batata, soja, trigo e na atividade de avicultura. (OGUIDO, 1988). No entanto, é a partir de 1949 que a imigração japonesa para Carlópolis se intensifica formando a colônia japonesa, através de Sunao Ito estabeleceram famílias japonesas vindas de Santa Cruz do Rio Pardo, Álvares Machado, Martinópolis e Marília (Revista Nossa Paraná, 1994, p. 19.)

Em janeiro 1954 a Cooperativa Agrícola de Cotia (C.A.C.) de Carlópolis tem como primeiros associados Katsuo Yamamoto e Sunao Ito. O número de produtores de goiaba cresceu devido à cooperativa, em 1994 através de 15 produtores, detêm 20 % da produção nacional. (Revista Nossa Paraná, 1994). A Cooperativa Agrícola de Cotia foi introduzida no município pelo imigrante japonês, Katsuo Yamamoto, por meio de sua amizade com o presidente da

mesma². A comunidade japonesa de Carlópolis evoluiu muito até o ano de 1954 quando a Cooperativa Agrícola de Cotia construiu o seu primeiro silo graneleiro (estrutura de armazenamento e conservação de grãos), este empreendimento tendia a atender os japoneses que estavam aumentando suas produções (OGUIDO, 1988).

Em 1999, Carlópolis homenageou os cinquenta anos da colônia japonesa no município, realizou um desfile no dia 13 de julho na principal rua da cidade, a Benedito Salles. Esse evento também festejava os 92 anos de emancipação do município. Durante esse desfile, Sunao Ito recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná, no final do evento o então prefeito Roberto Coelho, inaugurou o monumento do cinquentenário, situado na Praça Coronel Leite. (JORNAL TRIBUNA DO VALE, 1999).

Figura 1 – Monumento em homenagem ao cinquentenário da emigração japonesa. Com os dizeres “Em comemoração aos 50 anos de imigração da colônia japonesa de Carlópolis-PR. 13 de julho de 1999, ACECAR.”



Fonte: a própria autora.

Outras homenagens à colônia japonesa, feitas pelo município podem ser vistas na Praça da Amizade, e no Portal construído na estrada que liga o município à Fartura. O portal é uma doação de Sunao Ito e outros colaboradores, encarregados de 80% dos custos da obra e o município pelos outros 20%. O acordo para a construção foi selado em 2005 pelo prefeito Dr. Isaac Tavares da Silva e Sunao Ito, o Portal fez parte dos preparativos para a comemoração do Centenário de Carlópolis (2007) e para o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (2008).

² Informação concedida por Kenzi Yamamoto, conhecido como “Kentian”, em entrevista realizada por Fabiana Aparecida de Souza e Silvana Banik Rocha, na sua residência, em 22 de outubro de 2018.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UEL), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

O projeto do Portal foi elaborado pelo Conselho Empresarial.³ (JORNAL O REPÓRTER PARANÁ, 2005)

Figura 2 – Monumento localizado na Praça da Amizade e Placa correspondente.



Fonte: a própria autora.

Figura 3 – Portal em homenagem ao Centenário de Carlópolis (2007) e ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (2008).



Fonte: Fotógrafo desconhecido.

O TOORO NAGASHI

Além dos monumentos arquitetônicos que homenageiam os japoneses por sua contribuição para o desenvolvimento do município, acontece há quase 40 anos o ritual religioso budista de origem japonesa, chamado *Tooro Nagashi*. Carlópolis é a única cidade do Paraná que realiza a cerimônia e uma das poucas do Brasil. O *tooro nagashi* é um exemplo de que,

³ Informações como página e caderno não serão possíveis de fornecer, pois a autora somente teve acesso a recortes de jornal.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/Uel), 4, 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2021.

mesmo a comunidade nipônica, estando em outro país, houve uma preservação da tradição japonesa.

Tooro significa lanterna e *Nagashi* levar-se pelo vento, mas também pode ter o sentido como lanternas que são soltas, é um evento tradicional do Japão que se espalhou juntamente com a colônia japonesa pelo mundo. A comunidade japonesa de Carlópolis realiza esse ritual típico do Japão desde 1982, perto do dia de finados. Antes de o evento ser realizado no município, essa comunidade participava do ritual que acontecia em Avaré-SP. A idealização e a organização do primeiro *tooro nagashi* de Carlópolis ficou a cargo do grupo de idosos composto de 25 membros, a primeira reunião do grupo deu-se em 25 de julho de 1982.⁴ Katsuo Yamamoto, um dos pioneiros da colônia japonesa e então, presidente do grupo, propôs que fosse realizado no município o *Tooro Nagashi*, pelo fato de haver uma represa que possibilitasse a soltura dos *tooros*.⁵

O ritual consiste em lançar os *tooros*, também chamados de barquinhos, às margens da represa de Xavantes em homenagem aos espíritos dos entes queridos falecidos. São confeccionados artesanalmente pela associação de idosos. Os barquinhos eram feitos de isopor e de papel manteiga, passando a ser confeccionados de tábua de pinus, papel manteiga e caixa de papelão, tem o formato quadricular e acompanha uma vela dentro, neles são escritos normalmente em *kandhi* o nome dos falecidos, ou o nome da família homenageada e também o nome de quem compra o barquinho, mas pode ser que haja o pedido da família para se escrever em português. Os barquinhos começam a ser confeccionados um mês antes da cerimônia.⁶

Os barquinhos são soltos após uma cerimônia religiosa budista conduzida pelo monge vindo do Templo Budista *Jodoshu Nippakuji* de Maringá. Ao anoitecer acontece a soltura dos barquinhos, por conta da iluminação. Acontecia originalmente na Ponte Benedito Garcia Ribeiro, conhecida como Ponte Carlópolis/Fartura, mas devido a algumas objeções e por questão de segurança, passa ser realizada na Ilha do Ponciano. Culturalmente a família que compra o barquinho solta nas águas, mas aqueles que adquirem e, não vão soltar, os organizadores do evento fazem isso.⁷ Em 2013 com o apoio da Prefeitura Municipal de Carlópolis foi construído próximo à Ponte onde era realizado o *tooro nagashi*, um monumento chamado *Tori*, que na cultura japonesa representa a divisão entre o mundo físico e o espiritual.

⁴ Consultado através de documento concedido por Seita Sato, presidente *Roojukai* - Associação da Melhor Idade da ACECAR.

⁵ Informações concedidas por Seita Sato, em entrevista realizada por Fabiana Aparecida de Souza, no Sítio Sato, em 13 de dezembro de 2020.

⁶ Id., 2020.

⁷ Id., 2020.

Figura 4 – *Tori*, localizado próximo a Ponte Benedito Garcia Ribeiro



Fonte: Arquivo pessoal de Seita Sato.

Figura 5 – *Tooro Nagashi* realizado na Ponte Benedito Garcia Ribeiro, outubro de 2010.



Fonte: Marcelo Rossi (2010)

A organização do *toroo nagashi* realizada pela *Roojukai* - Associação da Melhor Idade e pela diretoria da ACECAR - Associação Esportiva e Cultural de Carlópolis começam os planejamentos do evento em janeiro, como a escolha da data de celebração, e o envio de convites para outras associações japonesas de outras cidades. Para não coincidir com outros eventos dessas associações. O convite também é enviado para o Consulado do Japão. Atualmente o convite é realizado pela internet ou por carta, são enviados para as associações de mais de quarenta cidades dos estados do Paraná e de São Paulo, essas são Alto do Paraná,

Andirá, Apucarana, Arapongas, Assaí, Assis, Avaré, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Butantã, Cambará, Castro, Congoinhas, Cornélio Procopio, Coronel Macedo, Curitiba, Fartura, Guapirama, Ibiporã, Itaí, Itambaracá, Itaporanga, Jacarezinho, Jataizinho, Joaquim Távora, Londrina, Mauá da Serra, Mogi das Cruzes, Nova Fátima, Ourinhos, Piraí do Sul, Piraju, Ponta Grossa, Quatiguá, Rolândia, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Sertaneja, Sorocaba, Taquarituba, Uraí, e Wenceslau Braz.⁸

Como o município de Carlópolis é a única cidade que realiza o evento no Paraná e uma das poucas no Brasil, o evento possui um grande número de frequentadores, isto é refletido na quantidade de barquinhos que são vendidos para a cerimônia. Na primeira edição em 1982 foram adquiridos 136 tooros, já em 2019, o número se designa em 944 *tooros*. Em 2020, devido à pandemia do covid-19, o evento presencial não ocorreu, mas houve uma celebração online com a presença do monge budista, e a soltura de 40 barquinhos nas águas, os barquinhos foram gratuitos.⁹

Podemos ver até aqui como o *tooro nagashi* de Carlópolis é além do aspecto estético é impregnado de simbolismo e cultura. Os participantes são de diferentes idades, a maioria é da comunidade *nikkey*, mas também frequentam pessoas que não possuem origem japonesa. Após a cerimônia budista e a soltura dos barquinhos nas águas a margem da represa para iluminar o caminho dos homenageados falecidos, ocorre na ACECAR um jantar de confraternização e também uma apresentação de *taiko*¹⁰ que se utiliza de instrumentos de percussão.

Conforme em uma das entrevistas realizadas para a composição do texto, foi perguntado a um membro jovem da comunidade *nikkey* de Carlópolis, o que o *tooro nagashi* lhe significava, e expressou que o evento mantinha a cultura japonesa e o respeito para com os antepassados falecidos.¹¹

CONCLUSÃO

Devido ao conteúdo exposto não tem como analisar Carlópolis sem levar em consideração a comunidade japonesa e sua cultura. A realização da cerimônia religiosa, *tooro nagashi* demonstra como a tradição japonesa tenta ser mantida no município. Pode-se apontar

⁸ Informações concedidas por Seita Sato, em entrevista realizada por Fabiana Aparecida de Souza, no Sítio Sato, em 13 de dezembro de 2020.

⁹ Informações consultadas através de anotações fornecidas por Seita Sato.

¹⁰ O *taiko* tem origem japonesa, refere-se a um instrumento musical, nas apresentações são utilizados tambores.

¹¹ Informação concedida por Felipe Yuiti Sasaki, em entrevista realizada por Fabiana Aparecida de Souza, no Sítio Sato, em 13 de dezembro de 2020.

uma possível transformação no *tooro nagashi* com o decorrer dos anos, já que na comunidade *nikkey* do município são poucos os que sabem escrever em *kandhi*, dessa forma nos barquinhos podem ser futuramente somente escrito o nome dos falecidos somente em português.

REFERÊNCIAS

- ASARI, Alice Yatujo. TSUKAMOTO, Ruth Youko. Da terra do sol nascente às terras férteis do Paraná: territorialização e organização social de *nikkeys*. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Capítulo 5, p. 91 - 101.
- BELTRÃO, Kaizô Jwakami. KONTA, Ryohei. SUGAHARA, Sonoe. Vivendo no Brasil: características da população de origem japonesa. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Capítulo 3, p. 55 - 71.
- Carlópolis homenageia colônia japonesa. **Jornal Tribuna do Vale**, Jacarezinho, 21 a 27 de jun. de 1999.
- Colônia japonesa de Carlópolis há 45 anos participando no desenvolvimento. **Revista Nossa Paraná**. Ivaiporã: MR Gráfica & Editora, Ano II, n. 11. Março. 1994. p. 19.
- Dr. Isaac e Sunao Ito fecham acordo para construção de portal. **Jornal O Repórter Paraná**, Carlópolis, 04 de mar. de 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 31. p. 97.
- KODAMA, Kaori. SAKURAI, Célia. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Capítulo 1, p. 17 - 29.
- MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivanski. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (1): 95 - 108, 2011.
- OGUIDO, Homero O Kasato-Marú rasga oceanos. Centenas de olhos puxados contemplam a nova terra. In:_____. **De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná**. Curitiba: Gráfica Ipê LTDA, 1988. Capítulo 6, p. 31 - 35.

OGUIDO, Homero. Sol Nascente, Sol Poente. Paraná dos Japoneses, Japoneses do Paraná. In: _____. **De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná**. Curitiba: Gráfica Ipê LTDA, 1988. Capítulo 8, p. 49 - 70.

SAKURAI, Célia. Japoneses no mundo. In: _____. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2018. Capítulo 13. p. 235 - 259.

SANTOS, Maria Roseli S. Oralidade, *performance* e representações sociais: A História Oral em pesquisa no catolicismo popular e neopaganismo. In: SILVEIRA, E. S (Org.). **Como estudar as religiões: metodologias e estratégias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 234 - 257.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Japoneses: a saga do povo do sol nascente**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional: Lazuli Editora, 2007.

* * * * *